



**Câmara Municipal de Conceição de Macabu - RJ - Conceicao de Macabu - RJ**  
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo



000396

**COMPROVANTE DE PROTOCOLO** - Autenticação: 12021/08/30000396

<b>Número / Ano</b>	000396/2021	C.M.C.M. Pág.: 02
<b>Data / Horário</b>	30/08/2021 - 10:31:08	Rubrica: gomes
<b>Ementa</b>	Acrescenta, altera e revoga dispositivos da Lei Municipal nº 471/2021, no que tange ao ISSQN, a fim de promover as adequações de acordo com a Lei Complementar nº 175/2020.	
<b>Autor</b>	Prefeitura Municipal de Conceição de Macabu - Prefeito	
<b>Natureza</b>	Legislativo	
<b>Tipo Matéria</b>	Projeto de Lei Complementar	
<b>Número Páginas</b>	3	
<b>Número da Matéria</b>	2	
<b>Emitido por</b>	Thais	



**MENSAGEM AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 34/2021.**

Excelentíssimo Senhor Presidente e demais Vereadores que compõem a Egrégia Câmara Municipal de Conceição de Macabu, Estado do Rio de Janeiro.

Cumprimentando-os, cordialmente, sirvo-me do presente para submeter à elevada consideração de Vossas Excelências o PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 34/2021, que “Acrescenta, altera e revoga dispositivos da Lei Municipal nº 471/2001, no que tange ao ISSQN, a fim de promover as adequações de acordo com a Lei Complementar Federal nº 175/2020”.

Ao submeter o Projeto à apreciação dessa Casa de Leis estamos certos de que os Senhores saberão aperfeiçoá-lo e, sobretudo, reconhecer o grau de prioridade à sua aprovação, razão pela qual solicito a tramitação da matéria em caráter de **URGÊNCIA**.

Sendo o que nos cabia apresentar no momento, aproveito a oportunidade para reiterar as Vossas Excelências os protestos de elevado apreço e consideração.

Gabinete do Prefeito, 26 de agosto de 2021.

  
**VALMIR TAVARES LESSA**  
- Prefeito Municipal -

Câmara Municipal de  
Conceição de Macabu  
PROTOCOLO GERAL

Nº 673121

Ass: 



C.M.C.M.  
04  
Pág.:  
Rubrica: *qsnlves*

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 34/2021**

**ACRESCENTA, ALTERA E REVOGA  
DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº  
471/2001, NO QUE TANGE AO ISSQN, A FIM  
DE PROMOVER AS ADEQUAÇÕES DE  
ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR  
FEDERAL Nº 175/2020.**

O Prefeito de Conceição de Macabu **FAZ SABER** que a Câmara Municipal de Conceição de Macabu, por seus representantes legais, aprova e ele sanciona a seguinte:

**LEI MUNICIPAL:**

**Art. 1º** Altera o art. 114 da Lei Municipal nº 471/2001, que passará a constar com a seguinte redação:

**“Art. 114. Quando o pagamento do imposto for feito em cota única, no seu total será concedido desconto no percentual e no prazo que for estabelecido em Decreto pelo Chefe do Poder Executivo.” (NR)**

**Art. 2º** Altera o inciso XXV do art. 173 da Lei Municipal nº 471/2001, que passará a constar com a seguinte redação:

**“Art. 173. [...]**

**[...]**

**XXV - do domicílio do tomador do serviço do subitem 15.09.” (NR)**

**Art. 3º** Acrescenta os §§ 5º, 6º, 7º, 8º, 9º e incisos, 10, 11, 12 e 13 ao art. 173 da Lei Municipal nº 471/2001, com a seguinte redação:

**“Art. 173. [...]**

**[...]**

**§ 5º** Ressalvadas as exceções e especificações estabelecidas nos §§ 6º a 12 deste artigo, considera-se tomador dos serviços referidos nos incisos XXIII, XXIV e XXV do caput deste artigo o contratante do serviço e, no caso de negócio jurídico que envolva estipulação em favor de unidade da pessoa jurídica contratante, a unidade em favor da qual o serviço foi estipulado, sendo irrelevantes para caracterizá-la as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

**§ 6º** No caso dos serviços de planos de saúde ou de medicina e congêneres, referidos nos subitens 4.22 e 4.23 da lista de serviços anexa a esta Lei Complementar, o tomador do serviço é a pessoa física beneficiária vinculada à operadora por meio de convênio ou contrato de plano de saúde individual, familiar, coletivo empresarial ou coletivo por adesão.





PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
GABINETE DO PREFEITO

Pág.: 05  
Rubrica: *[assinatura]*

§ 7º Nos casos em que houver dependentes vinculados ao titular do plano, será considerado apenas o domicílio do titular para fins do disposto no § 6º deste artigo.

§ 8º No caso dos serviços de administração de cartão de crédito ou débito e congêneres, referidos no subitem 15.01 da lista de serviços anexa a esta Lei Complementar, prestados diretamente aos portadores de cartões de crédito ou débito e congêneres, o tomador é o primeiro titular do cartão.

§ 9º O local do estabelecimento credenciado é considerado o domicílio do tomador dos demais serviços referidos no subitem 15.01 da lista de serviços anexa a esta Lei Complementar relativos às transferências realizadas por meio de cartão de crédito ou débito, ou a eles conexos, que sejam prestados ao tomador, direta ou indiretamente, por:

I - bandeiras;

II - credenciadoras; ou

III - emissoras de cartões de crédito e débito.

§ 10. No caso dos serviços de administração de carteira de valores mobiliários e dos serviços de administração e gestão de fundos e clubes de investimento, referidos no subitem 15.01 da lista de serviços anexa a esta Lei Complementar, o tomador é o cotista.

§ 11. No caso dos serviços de administração de consórcios, o tomador de serviço é o consorciado.

§ 12. No caso dos serviços de arrendamento mercantil, o tomador do serviço é o arrendatário, pessoa física ou a unidade beneficiária da pessoa jurídica, domiciliado no País, e, no caso de arrendatário não domiciliado no País, o tomador é o beneficiário do serviço no País.

§ 13. Quando constar na declaração de serviços prestados pelo contribuinte valores inferiores às informações fornecidas por instituições financeiras e administradoras de cartões de crédito ou débito, configurar-se-á a ocorrência de omissão das prestações de serviços tributáveis, se realizadas sem o pagamento do imposto devido.”

**Art. 4º** Acrescenta o inciso IV ao § 2º do art. 178 da Lei Municipal nº 471/2001, com a seguinte redação:

“Art. 178 [...]

[...]

§ 2º [...]

IV – as pessoas referidas nos incisos II ou III do § 9º do art. 173 desta Lei Complementar, pelo imposto devido pelas pessoas a que se refere o inciso I do mesmo parágrafo, em decorrência dos serviços prestados na forma do subitem 15.01 da lista de serviços do Anexo III.”



**Art. 5º** Acrescenta o art. 178-A e parágrafos à Lei Municipal nº 471/2001, com a seguinte redação:

**“Art. 178-A. Autoriza o Município de Conceição de Macabu a utilizar o padrão nacional de obrigação acessória do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), incidente sobre os serviços previstos nos subitens 4.22, 4.23, 5.09, 15.01 e 15.09 da lista de serviços, nos termos da Lei Complementar Federal nº 175, 23 de setembro de 2020, adotando os padrões de cobrança, prazos de recolhimento dos tributos, uso do sistema e demais previsões necessárias à efetivação do pagamento tributário.**

**§ 1º A falta de declaração das obrigações acessórias de que trata o caput do presente artigo sujeitará o contribuinte infrator às penalidades previstas no artigo 277.**

**§ 2º O produto da arrecadação do ISSQN cuja apuração se dê nos termos de que trata o caput do presente artigo, observará as regras transitórias para períodos e forma de partilha entre o Município do local do estabelecimento prestador e o Município do domicílio do tomador desses serviços, previstos na Lei Complementar Federal nº 175, 23 de setembro de 2020.**

**§ 3º Fica o Município de Conceição de Macabu autorizado a celebrar convênios, ajustes ou protocolos com os Municípios interessados ou entre esses e o Comitê Gestor das Obrigações Acessórias do ISSQN (CGOA) ou outro que venha a substituí-lo ou, ainda, com instituições financeiras para regulamentação do disposto neste artigo.”**

**Art. 6º** Acrescenta o art. 249-A à Lei Municipal nº 471/2001, com a seguinte redação:

**“Art. 249-A. O contribuinte do ISSQN, em razão dos serviços referidos na Lei Complementar Federal nº 175, 23 de setembro de 2020, declarará as informações objeto da obrigação acessória, nas formas e prazos na referida Lei e também os que forem regulamentados pelo Chefe do Poder Executivo.”**

**Art. 7º** Acrescenta ao Anexo II, Tabela IX, da Lei Municipal nº 471/2001, o item 22, com a seguinte redação:

**“22 – Equipamentos de telecomunicações: postes, torres, BioSite/Poste Sustentável (por unidade) – R\$ 10.000,00 – Anual.”**

**Art. 8º** Revoga o § 3º do art. 178 da Lei Municipal nº 471/2001.

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Conceição de Macabu, 26 de agosto de 2021.

  
**VALMIR TAVARES LESSA**  
- Prefeito -





## JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo Senhor Presidente e Edis Pares.

Cumprimentando-o, tenho a honra de encaminhar, por intermédio de Vossa Excelência, à elevada deliberação dos ilustres Vereadores dessa Câmara Municipal, o incluso PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 34/2021, que “Acrescenta, altera e revoga dispositivos da Lei Municipal nº 471/2001, no que tange ao ISSQN, a fim de promover as adequações de acordo com a Lei Complementar Federal nº 175/2020”.

O Projeto ora encaminhado busca alterar o Código Tributário Municipal, com o intuito de adequar o CTM às alterações promovidas pela Lei Complementar Federal nº 175/2020, que alterou a Lei Complementar Federal nº 116/2003, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências.

Assim, considerando que a LC Federal nº 175/2020 promoveu diversas modificações na LC Federal nº 116/2003 que, dentre outras alterações, dirimiu conflitos de competência territorial quanto ao recolhimento do ISSQN em relação a alguns serviços previstos na referida Lei, necessário se faz a adequação do CTM às alterações promovidas pela legislação federal.

Por fim, ressaltamos que a publicação da Lei decorrente do Projeto ora apresentado deverá ocorrer no Diário Oficial do Município até o final de setembro de 2021, para que possa ter seus efeitos gerados a partir do primeiro dia útil do ano de 2022, em razão dos princípios da anterioridade anual e nonagesimal, que justifica o nosso pedido de análise e votação em caráter de urgência.

Por tudo o que foi exposto acima, espero o apoio destes distintos Edis, no sentido de se aprovar o projeto de Lei em questão, com a finalidade de atender melhor aos interesses da população de Conceição de Macabu.

Deste modo, ante as considerações aqui introduzidas, em breve síntese, é que encaminho a presente proposição, esperando que seja a mesma aprovada na íntegra.

Gabinete do Prefeito, 26 de agosto de 2021.

  
**VALMIR TAVARES LESSA**  
- Prefeito Municipal -

EN CAMINHO A SOBERANIA

  
JORGE LUIZ SILVA ANDRADE  
PRESIDENTE

26  
08  
21